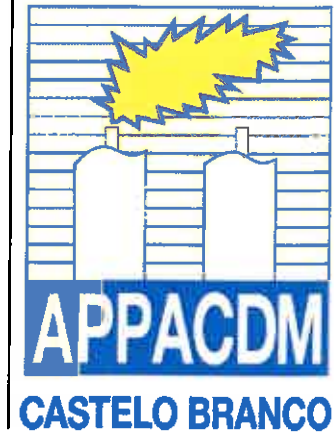


APPACDM Castelo Branco

Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente
Mental de Castelo Branco



RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO 2017

5 de Março de 2018

Handwritten signature and initials:
[Signature]
[Initials]
[Initials]
[Initials]
hcn

Ficha Técnica

Relatório e Contas do Exercício 2017

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco
(APPACDM)

Realização

Direção da APPACDM de Castelo Branco

Gabinete Contabilístico e Administrativo

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	5
II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO	6
III. VISÃO, MISSÃO, VALORES E POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO	7
IV. ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL	8
1 - NÚMERO DE SÓCIOS	9
2 - UTENTES	9
2.1 - ATIVIDADES DE INCLUSÃO	10
3 - COLABORADORES	12
3.1 - DESENVOLVIMENTO NA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS COLABORADORES	14
4 - PARCERIAS	15
5 - MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO	15
V. PERSPETIVAS FUTURAS	17
VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
VII. OUTRAS INFORMAÇÕES	17
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
IX. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2017	19
1. BALANÇO	19
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	20
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS	21
4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	23
ANEXO	24

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco	6
Figura 2 - Visão, Missão, Valores e Políticas da Organização	7
Figura 3 - Enquadramento Estrutural	8

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 Hcy
 [Signature]

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Sócios	9
Gráfico 2 - Número Médio de Utentes em 2017	10
Gráfico 3 - Número Médio de Colaboradores	13
Gráfico 4 - Cessações e Admissões de Colaboradores	13
Gráfico 5 - Número de Colaboradores por Grupo Etário e Sexo	14

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2017	19
Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	20
Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2016... 21	
Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2017 22	
Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa	23

Lista de Anexo

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS
 - 3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO
 - 3.1.1 CONTINUIDADE
 - 3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA)
 - 3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO
 - 3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO
 - 3.1.5 COMPENSAÇÃO
 - 3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA
 - 3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO
 - 3.2.1. RÉDITO
 - 3.2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
 - 3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS
 - 3.2.4. INVENTÁRIOS
 - 3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
 - 3.2.6. FUNDOS PATRIMONIAIS
 - 3.2.7. PROVISÕES

- 3.2.8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
4. FLUXOS DE CAIXA
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS
6. ATIVOS INTANGÍVEIS
7. INVENTÁRIOS
8. CRÉDITOS A RECEBER
9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS
10. OUTROS ATIVOS CORRENTES
11. DIFERIMENTOS
12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS
13. FUNDOS PATRIMONIAIS
14. FORNECEDORES
15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES
16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS
17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO
18. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE
19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
20. GASTOS COM O PESSOAL
21. OUTROS RENDIMENTOS
22. OUTROS GASTOS
23. RESULTADOS FINANCEIROS
24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO
25. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS
27. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO



I. INTRODUÇÃO

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental - APPACDM de Castelo Branco, com o número de pessoa coletiva 504646710, com sede social em Rua em frente ao Hospital Amato Lusitano – 6000-109 Castelo Branco, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, (IPSS) destinada à promoção de meios educativos, socioculturais, profissionais e reabilitação/habilitação de crianças, jovens e adultos com Deficiência Mental. Neste âmbito, a APPACDM de Castelo Branco tem estado sempre atenta às novas perspetivas concetuais, com novas filosofias de abordagem e práticas de trabalho, cada vez mais orientadas para a promoção da cidadania e da qualidade de vida dos utentes.

A gestão da organização é entendida cada vez mais como um desafio exigente, agregando e integrando todas as suas dimensões e contribuindo para uma sociedade mais desenvolvida, inclusiva e sustentável.

O presente relatório tem o propósito de apresentar de forma clara e sucinta o enquadramento estrutural, a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico, de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro do mesmo ano.

II. ÓRGÃOS SOCIAIS DA APPACDM DE CASTELO BRANCO

No modelo de governação da APPACDM de Castelo Branco, os Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2019 são constituídos por uma Assembleia Geral, uma Direção e um Conselho Fiscal, em que os seus membros desempenham voluntariamente a sua função e que a respetiva composição é demonstrada na figura 1.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]

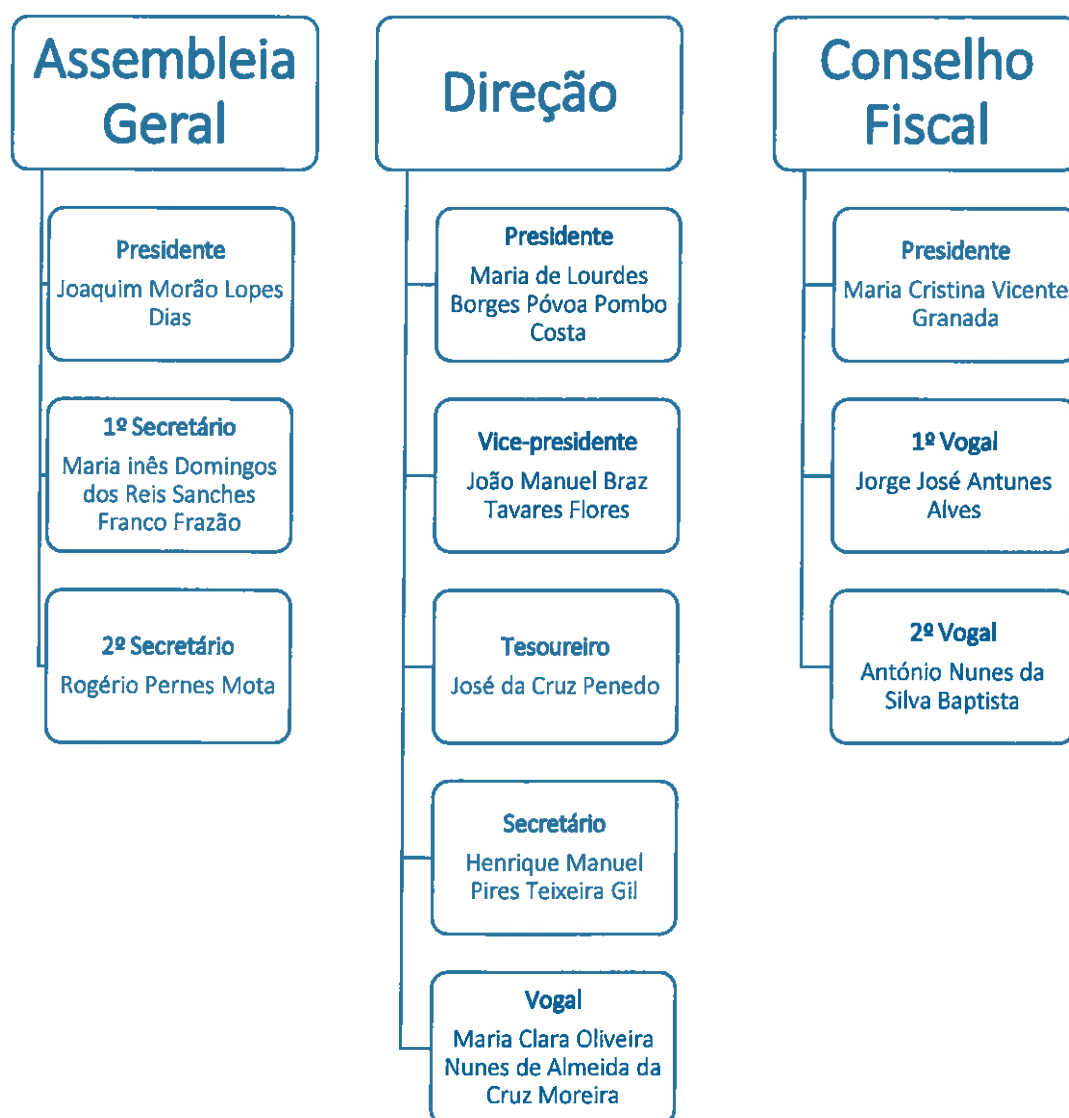


Figura 1 - Órgãos Sociais da APPACDM de Castelo Branco

[Handwritten signatures and initials]

III. VISÃO, MISSÃO, VALORES E POLÍTICAS DA ORGANIZAÇÃO

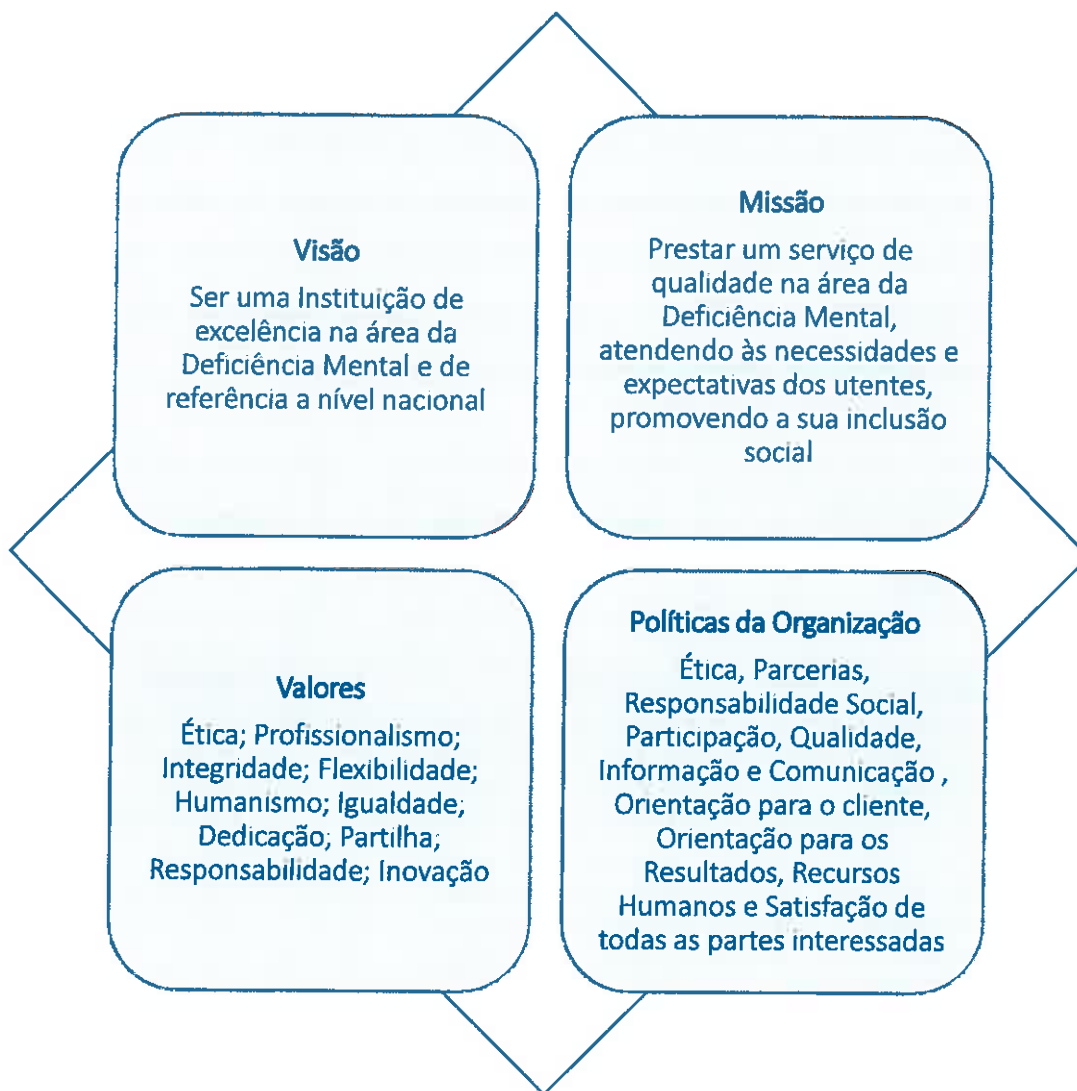


Figura 2 - Visão, Missão, Valores e Políticas da Organização

IV. ENQUADRAMENTO ESTRUTURAL

As políticas sociais, económicas e educativas registadas na última década provocaram modificações na sociedade. Neste contexto, as Instituições Particulares de Solidariedade Social deparam-se com desafios cada vez mais exigentes e a APPACDM de Castelo Branco não foi exceção, continuou ativa e empenhada a prestar um serviço de qualidade na área da Deficiência Mental, procurando manter a sua sustentabilidade. Para poder dar resposta às necessidades, expectativas e interesses individuais de cada utente, a APPACDM possui três estabelecimentos, sendo cada um constituído por valências e atividades consideradas socialmente úteis e com recursos adequados, de modo a proporcionar aos utentes e família melhor qualidade de vida (Figura 3).

cc
hcn

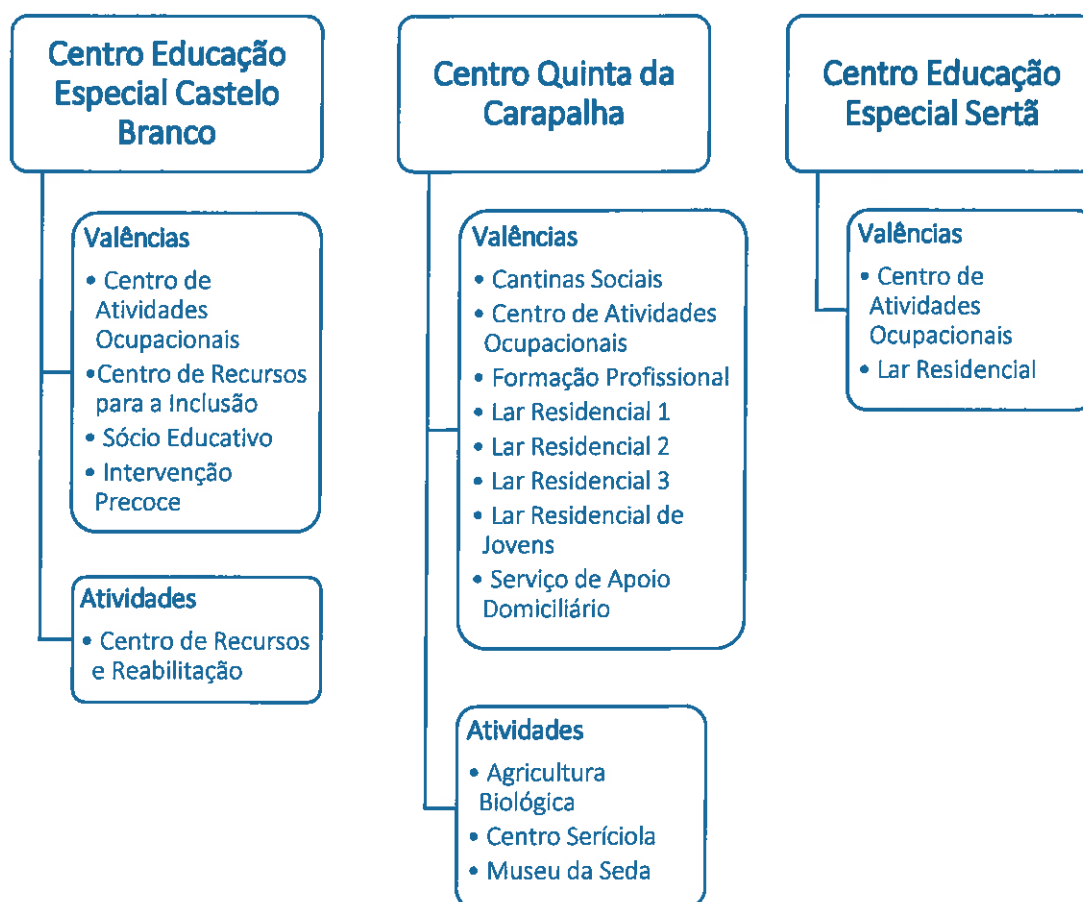


Figura 3 - Enquadramento Estrutural



1 - NÚMERO DE SÓCIOS

A APPACDM de Castelo Branco enquanto associação conta com a solidariedade dos seus sócios.

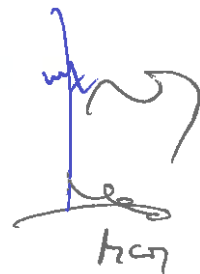


Gráfico 1 - Número de Sócios

Nos últimos 3 anos verifica-se um crescimento do número de sócios. De 2015 para 2016 houve mais um sócio e de 2016 para 2017 mais sete.

2 - UTENTES

No ano de 2017, a APPACDM de Castelo Branco prestou diariamente serviços a cerca 654 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, distribuídos pelas seguintes valências:



Número Médio de Utentes 2017

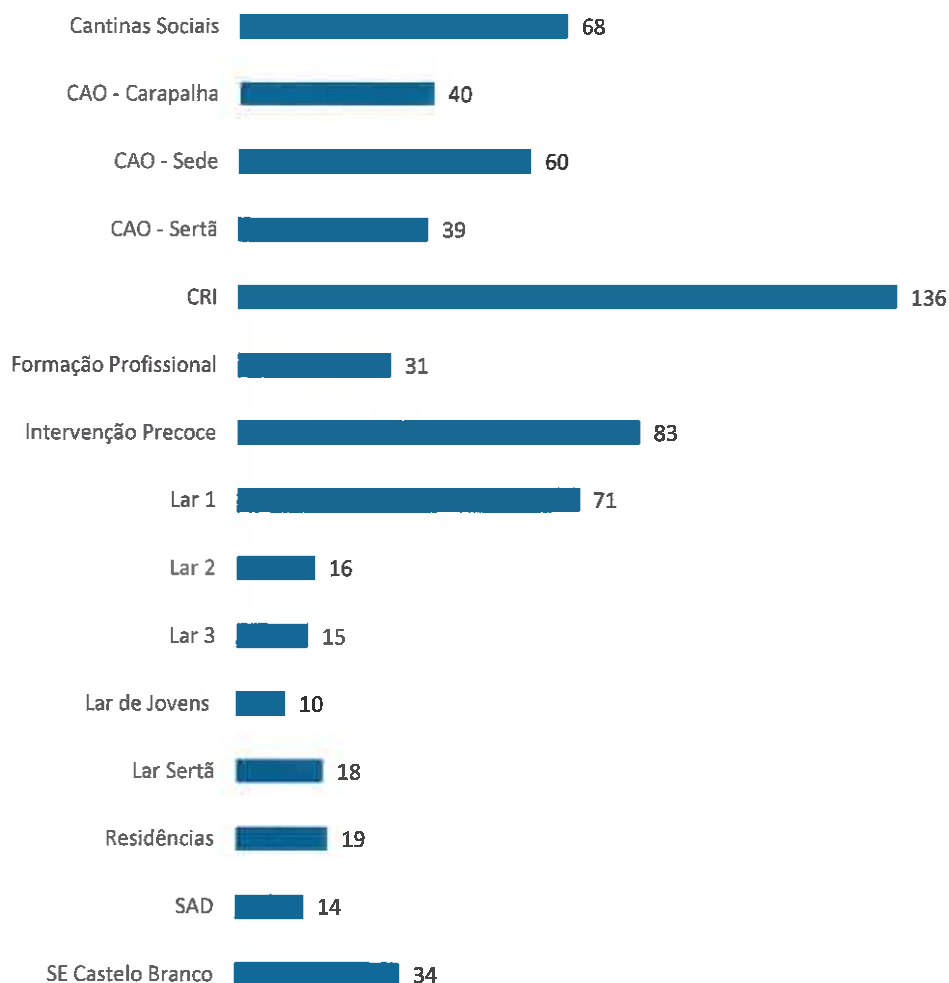


Gráfico 2 - Número Médio de Utentes em 2017

2.1 - ATIVIDADES DE INCLUSÃO

De modo a garantir uma melhoria contínua dos padrões de qualidade nos serviços a prestar aos utentes e indo de encontro às suas expectativas, necessidades e interesses como cidadãos de plenos direitos e deveres, foram promovidas inúmeras atividades de inclusão, com um caráter mais sociocultural e fazendo parte integrante do seu plano de desenvolvimento individual. Assim, ao longo do ano e nas diversas valências dos três estabelecimentos, os utentes participaram em atividades de inclusão, das quais destacamos:



- **No Centro de Educação Especial Castelo Branco:**
 - À descoberta das estações do Ano;
 - Atividades de Culinária e de Nutrição;
 - Comemoração da Páscoa;
 - Comemoração do Dia da Criança
 - Comemoração do Dia Mundial da Árvore;
 - Desfile de Carnaval;
 - Dia dos Namorados;
 - Dia dos Reis;
 - Dia de S. Martinho – Magusto;
 - Festa de Natal;
 - Halloween;
 - Reabertura das aulas com a receção aos alunos;
 - Realização da Prenda do Dia da Mãe e do Dia do Pai;
 - Realização de atividades extracurriculares; Representação do Grupo de Ginástica acrobática em sessões organizadas pela comunidade;
 - Desporto escolar com representações a nível Nacional: Ténis de mesa, boccia, natação, judo adaptado tendo-se consagrado um aluno Campeão Europeu;
- **No Centro Educação Especial da Sertã:**
 - Comemoração de aniversários;
 - Comemoração do Dia de S. António;
 - Concurso de espantalhos;
 - Dia Mundial do Coração;
 - Festa de Natal;
 - Idas à piscina municipal no mês de julho;
 - Ida ao circo;
 - Magusto;
 - Participação em encontros e torneios de Desporto Escolar;
 - Visita ao Museu das Aldeias;
 - Viver a Páscoa;
 - Viver o Carnaval;
- **Na Quinta da Carapalha:**
 - Ano Novo
 - Atividades de Culinária e Nutrição;



- Carnaval;
- Comemoração de aniversários;
- Comemorações de Santos Populares;
- Dia 25 de Abril;
- Dia da Mãe e do Pai;
- Dia da Mulher;
- Dia de Ano Novo;
- Dia Internacional da Dança;
- Dias das Bruxas;
- Eucaristias de Páscoa, de Natal e Via Sacra;
- Festa de Natal;
- Ida à piscina-praia;
- Idas ao Cinema e Exposições;
- Jardinagem;
- Magusto;
- Música;
- Passeios / Picnics na quinta;
- Passeios de Atrelado.

3 - COLABORADORES

De modo a melhorar a qualidade de serviços prestados aos utentes e à abertura das novas valências nos últimos anos, a instituição manteve o número de colaboradores, fixando o número total de colaboradores em 174 a 31 de dezembro de 2017.

Número Médio de Colaboradores

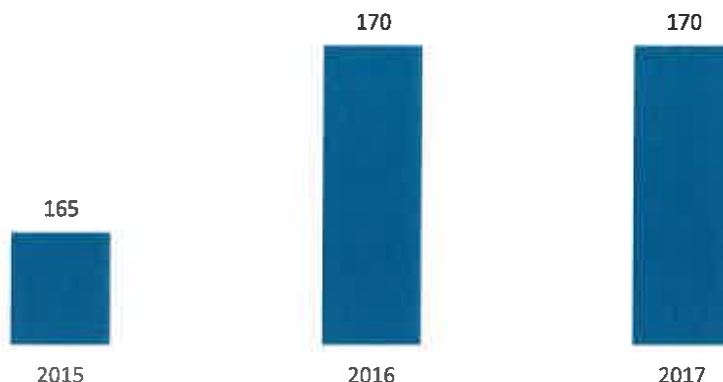


Gráfico 3 - Número Médio de Colaboradores

No gráfico 3, o número médio de colaboradores foi apurado através das remunerações pagas, devido à existência de colaboradores, durante o ano de 2017, de baixa médica e de licenças maternal/parental e que tiveram de ser substituídos. Por esta razão, o número médio de colaboradores é inferior ao número total de colaboradores.

Cessações e Admissões de Colaboradores



Gráfico 4 - Cessações e Admissões de Colaboradores

O gráfico 4 regista a evolução de admissões e saídas dos colaboradores da instituição nos últimos três anos, verificando-se uma diminuição, no último ano.

Número de Colaboradores por Grupo e Etário e Sexo

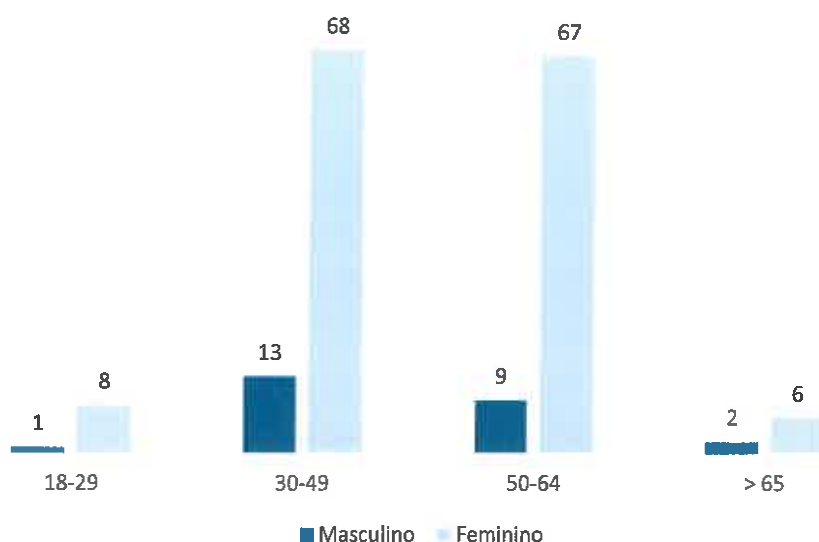


Gráfico 5 - Número de Colaboradores por Grupo Etário e Sexo

O universo de colaboradores da APPACDM de Castelo Branco é composto maioritariamente por pessoas do sexo feminino, 84%, sendo que o sexo masculino conta apenas com 16%.

Verifica-se no gráfico 5 que a maioria dos colaboradores se encontram nos grupos etários 30-49 anos e 50-64 anos, sendo que 8 têm idade igual ou superior a 65 anos.

3.1 - DESENVOLVIMENTO NA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS COLABORADORES

Por forma a proporcionar uma progressiva atualização, motivação e valorização das competências pessoais e profissionais dos seus colaboradores, a APPACDM investiu na formação interna e externa, tendo recorrido a parcerias, de modo garantir a qualificação dos recursos humanos das várias valências.



4 - PARCERIAS

Ao longo do ano de 2017, desenvolveram-se com os parceiros, atividades locais e nacionais, contribuindo para a qualidade de vida dos utentes, modificação de mentalidades face à pessoa com deficiência, assim como para a sustentabilidade financeira de ações e projetos desenvolvidos, das quais se destacam os seguintes parceiros:

- Agrupamentos de escolas: Amato Lusitano, Nuno Álvares, Afonso de Paiva, José Sanches de Alcains, Vila Velha de Rodão e Sertã;
- Albigeç;
- Câmara Municipal de Castelo Branco e Sertã;
- CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade;
- Escola de Judo Ana Hormigo;
- Escola de Karaté José Salgueiro;
- FEDPAS – Federação Portuguesa de Agricultura Social;
- Humanitas;
- Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- Junta de freguesia;
- Ministério da Educação;
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e Porto;
- Universidade do Minho, Católica e Universidade Atlântica.

5 - MELHORIA CONTÍNUA E INOVAÇÃO

Durante o ano de 2017, registaram-se ações na esfera da melhoria contínua/inação, otimizando a comunicação e imagem da organização, procurando sensibilizar a comunidade para os direitos e deveres, e inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades, tais como:

- Representação da Instituição, pela Sr.ª Presidente da Direção Dr.ª Maria de Lourdes Pombo na CNIS, UDIPSS, Humanitas, FEDPAS, Conselho Geral dos Agrupamentos Nuno Álvares e Amato Lusitano e Conselho Local de Ação Social;

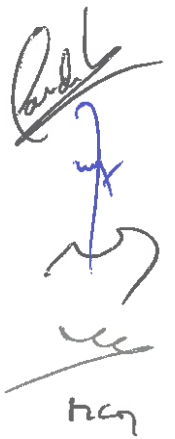
- Apresentações e Posters em Seminários e Congressos Nacionais e Estrangeiros;
- Visitas ao Museu da Seda;
- Participação na Feira Social;
- Participação em diversos torneios de quatro modalidades do Desporto Escolar, de norte a sul do país, tendo vários utentes ganho inúmeros prémios consecutivamente;
- Organização e participação do VI Encontro de Natação Adaptada, na Sertã;
- Participação – Venda de trabalhos realizados pelos utentes, na feira gastronómica da Sertã e Venda de Natal Castelo Branco
- Estágios Curriculares com escolas Secundárias, Profissionais e Universidades.



No que se refere à criação de condições de sustentabilidade e desenvolvimento, dá-se continuidade às respostas de intervenção terapêutica (hidroterapia, terapia ocupacional, fisioterapia, terapia da fala, nutrição e psicologia), dando resposta às solicitações da comunidade e abrindo a Quinta da Carapalha também à comunidade com o enfoque principal nas seguintes atividades:

- Vindima;
- Desfolhada;
- A colheita de maçã, marmelo, laranja, azeitona, alfazema;
- Pesca desportiva.

A continuidade dos projetos “Museu da Seda”, “Centro Sericícola”, “Agricultura Biológica”, “Atividade Pecuária”, “Jardinagem e Espaços Verdes”, “Incluir através da multiplicação de plantas”, “Projeto Úrano”, “Asinoterapia”, “Centro de Recursos para a Inclusão” e “Desporto Adaptado” foram também pilares para a sustentabilidade e desenvolvimento.



V. PERSPETIVAS FUTURAS

Em 2017, a APPACDM de Castelo Branco cumpriu 45 anos de existência e com os novos Órgãos Sociais para o quadriénio 2016-2019, pretende dar continuidade às atividades existentes e incrementar novas, de modo a garantir a melhoria contínua dos padrões de qualidade nos serviços a prestar aos utentes, indo ao encontro das suas expectativas, necessidades e interesses, como meio de operacionalizar e permanecer sustentável a instituição.

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2017 apresentou um resultado líquido de setenta dois mil e trezentos e trinta e dois euros e setenta cêntimos (72 332,70€), propondo a sua aplicação em resultados transitados.

VII. OUTRAS INFORMAÇÕES

A APPACDM de Castelo Branco, no período findo a 31 de dezembro de 2017, não tinha quaisquer dívidas à Segurança Social nem à Autoridade Tributária e Aduaneira.

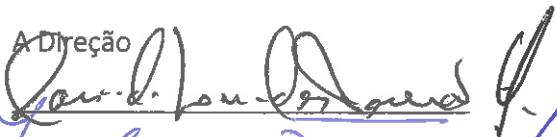

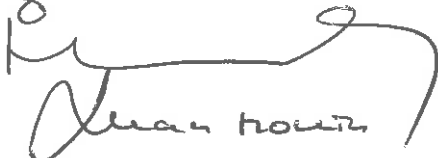
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, sobretudo aos nossos Utentes, mas também a todos os nossos Parceiros, porque a todos eles se deve em muito o crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão da existência da APPACDM de Castelo Branco.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de profundo apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a ser no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da APPACDM de Castelo Branco.

Apresenta-se, de seguida as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

Castelo Branco, 5 de março de 2018

A Direção


José Lourenço

João Henriques

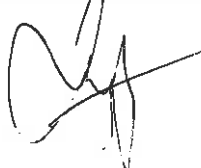
IX. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DEZEMBRO 2017

1. BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.865.604,53	5.838.843,44
Investimentos financeiros		5.734,37	3.642,10
	Subtotal	5.871.338,90	5.842.484,54
Ativo corrente			
Inventários	7	6.965,76	8.361,51
Créditos a receber	8	14.435,47	7.074,13
Estado e outros Entes Públicos	9	31.056,26	45.304,94
Outros ativos correntes	10	355.726,76	482.791,73
Diferimentos	11	16.903,37	17.449,72
Outros ativos financeiros	12		300.000,00
Caixa e depósitos bancários	4	3.644.398,44	3.294.812,08
	Subtotal	4.069.385,06	4.155.794,11
Total do Ativo		9.940.724,96	9.998.278,65
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	13	632.341,56	632.341,56
Resultados transitados		6.410.406,18	6.381.133,41
Outras variações nos fundos patrimoniais		2.008.709,93	2.108.645,68
Resultado Líquido do período	13	72.332,70	29.272,77
Total dos fundos Patrimoniais	13	9.118.790,37	9.151.393,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
	Subtotal	-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	14	79.407,28	38.789,41
Estado e outros Entes Públicos	9	72.320,00	66.901,60
Diferimentos	11	131.633,19	378.341,53
Outros passivos correntes	15	538.574,13	362.952,69
	Subtotal	821.934,59	846.985,23
Total do passivo		821.934,59	846.985,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.940.724,96	9.998.278,65

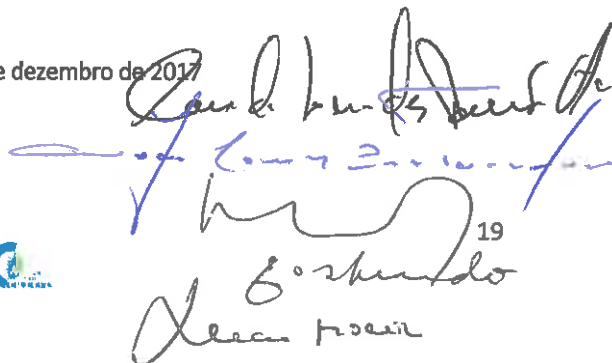
Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Tabela 1 - Balanço em 31 de dezembro de 2017



19

Delegado



Financiado por:



2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	16	686.675,21	629.865,30
Subsídios, doações e legados à exploração	17	3.307.959,09	3.229.005,53
Trabalhos para a própria entidade	18	112.909,85	101.397,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-292.355,98	-296.680,78
Fornecimentos e serviços externos	19	-895.602,32	-869.433,61
Gastos com o pessoal	20	-2.558.323,73	-2.423.899,84
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	1.040,00	-12.631,85
Outros rendimentos	21	136.758,45	111.642,71
Outros gastos	22	-97.441,30	-157.342,62
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		401.619,27	311.922,53
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-340.110,59	-295.375,07
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61.508,68	16.547,46
Juros e rendimentos similares obtidos	23	10.824,02	12.725,31
Resultados antes de impostos		72.332,70	29.272,77
Resultado líquido do período		72.332,70	29.272,77

Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



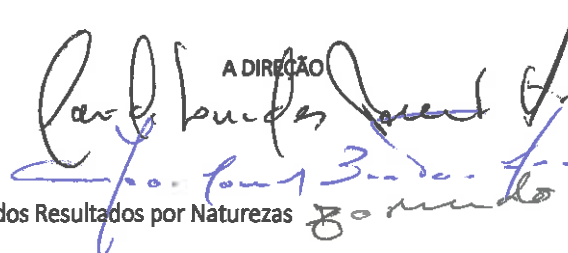
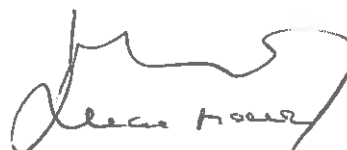
A DIREÇÃO


Tabela 2 - Demonstração dos Resultados por Naturezas



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	632.341,56	-	-	6.381.133,41	-	2.108.645,68	29.272,77	9.151.393,42	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Imputação a rendimentos de subsídios ao Investimento						-104.935,75			-104.935,75	
Transferência Resultados Líquidos de 2016					29.272,77			-29.272,77		
	7	-	-	-	29.272,77	-104.935,75		-29.272,77	-100.732,25	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							72.332,70	72.332,70	
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							43.059,93	43.059,93	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
	10									
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	13	632.341,56	-	-	6.410.406,18	-	2.008.709,93	72.332,70	9.118.790,37

Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

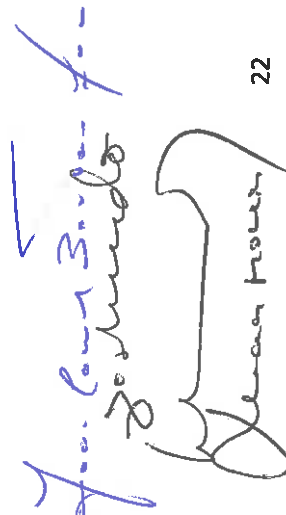


Tabela 4 - Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2017

3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	632.341,56	-	-	6.290.155,56	-	2.144.721,12	90.977,85	9.158.196,09	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Subsídios ao investimento recebidos							20.727,74		20.727,74	
Imputação e rendimentos de subsídios ao investimento							-56.803,18		-56.803,18	
Transferência Resultados Líquidos de 2015					90.977,85			-90.977,85		
	2				90.977,85		-36.075,44	-90.977,85	-36.075,44	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							29.272,77	29.272,77	
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-61.705,08	-6.802,67	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
	5									
POSICÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	13	632.341,56	-	-	6.381.133,41	-	2.108.645,68	29.272,77	9.151.393,42

Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

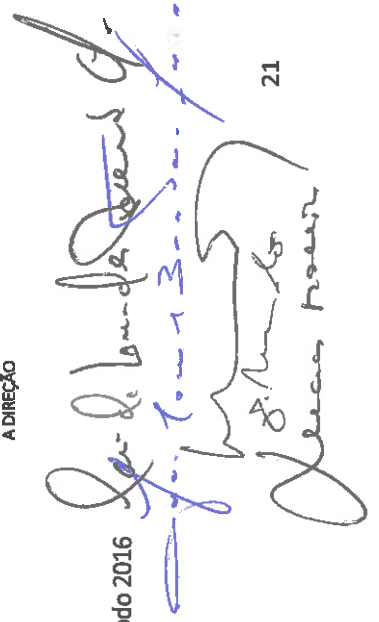


Tabela 3 - Demonstrações das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período 2016

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		673.481,00	620.407,91
Recebimentos de subsídios à exploração		3.195.414,36	3.210.503,17
Pagamentos de Bolsas e outros Apoios		-73.965,69	-79.829,50
Pagamento a fornecedores		-1.203.802,88	-1.238.528,24
Pagamentos ao pessoal		-1.661.221,64	-1.545.393,13
Caixa gerada pelas operações		929.905,15	967.160,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-489.364,22	-673.563,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		440.540,93	293.596,77
<u>Fluxos de caixa das atividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-106.685,56	-390.075,38
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento			20.727,74
Juros e rendimentos similares		7.813,15	15.221,33
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-98.872,41	-354.126,31
<u>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		7.623,61	10.383,77
Outras operações de financiamento		294,23	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		7.917,84	10.383,77
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		349.586,36	-50.145,77
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.294.812,08	3.344.957,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.644.398,44	3.294.812,08

Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

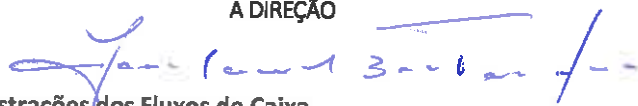


Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa



4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária:	Euros
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		673.481,00	620.407,91
Recebimentos de subsídios à exploração		3.195.414,36	3.210.503,17
Pagamentos de Bolsas e outros Apoios		-73.965,69	-79.829,50
Pagamento a fornecedores		-1.128.296,40	-1.238.528,24
Pagamentos ao pessoal		-1.676.009,90	-1.545.393,13
Caixa gerada pelas operações		987.623,37	967.160,21
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		-407.683,54	-673.563,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		579.939,83	293.596,77
Fluxos de caixa das atividade de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-246.084,46	-390.075,38
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Subsídios ao investimento			20.727,74
Juros e rendimentos similares		8.107,38	15.221,33
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		-237.977,08	-354.126,31
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		7.623,61	10.383,77
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		7.623,61	10.383,77
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		349.586,36	-50.145,77
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.294.812,08	3.344.957,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	3.644.398,44	3.294.812,08

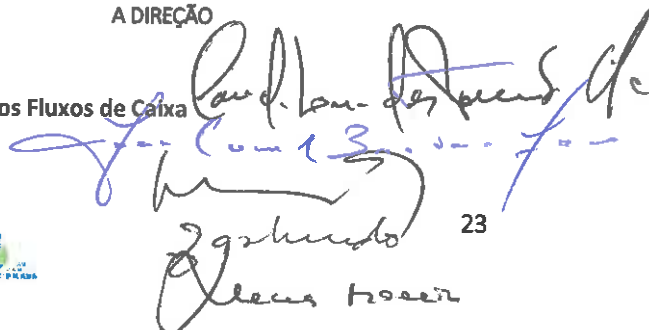
Castelo Branco, 05 de março 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

Tabela 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa



23



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Juz' or similar, with a large flourish and the letters 'ha' written below it.

ANEXO

O Presente ANEXO compreende as divulgações que a APPACDM de Castelo Branco considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2017, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A “APPACDM de Castelo Branco” é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação/IPSS, com o NIPC 504646710 cujos estatutos publicados no Diário da República n.º 155 de 06/07/2001, Série III, foram objeto de alteração na Assembleia Geral realizada 15.10.2015 e posteriormente remetidos à Segurança Social de Castelo Branco.

Tem como fim satisfazer as necessidades e carências do cidadão deficiente mental e a sua integração social, através das atividades de ensino e reabilitação.

Para prosseguir os seus objetivos está enquadrada nos seguintes CAES:

- **CAE Principal:** 87302 Atividade de Apoio Social para pessoas com deficiência com alojamento;
- **CAE's Secundários:** 88102 Atividade Apoio Social para pessoas com Deficiência sem alojamento (CAO e SAD); 85201 Ensino Básico (Sócios Educativos); 88990 Out. Atividade Apoio social sem alojamento N.E. (Cantinas Sociais);
- **CAE's atividades auxiliares:** 85591 Formação Profissional; 01500 Agricultura Produção Animal (agricultura); 86906 Outras atividade saúde humana (terapias, Psicologia, Nutrição); 91020 Atividades dos Museus

A APPACDM de Castelo Branco tem a sede em Castelo Branco, na Rua em frente ao Hospital Distrital de Castelo Branco, o centro da Carapalha, também em Castelo Branco e a delegação da Sertã.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A APPACDM aplica o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março posteriormente alterado pela Portaria n.º 218/2015 de 23 junho como consta do DR n.º 142- 1ª série. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNLNCRF-ESNL).

Jx
hcn

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 CONTINUIDADE:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 REGIME DO ACRÉSCIMO (PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes

Paulo
M
Ne
hor

recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”

3.1.3 CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Financeiras do presente anexo estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores das demonstrações financeiras.

3.1.4 MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 COMPENSAÇÃO

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1. RÉDITO

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.

O rédito das atividades da APPACDM é reconhecido como se segue:

- i) Vendas – Na data da transação;
- ii) Matrículas – Na data da realização da matrícula;
- iii) Mensalidades e participações – No período em que o serviço é prestado;
- iv) Serviços secundários - No período em que o serviço é prestado;
- v) Quotas e joias – Na data do seu recebimento.

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados dos períodos a que respeita.

3.2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 a 50 anos
Equipamento básico	4 a 12 anos
Equipamento de transporte	4 a 10 anos
Equipamento biológico	10 anos
Equipamento administrativo	3 a 12 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 12 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação que se encontra, espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos

apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis da APPACDM têm vida útil determinável. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método de linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram estabelecidas no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro.



3.2.4. INVENTÁRIOS

Os “*Inventários*” estão mensurados ao custo de aquisição. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade, sendo resposto quando deixam de existir os motivos que a originaram.

3.2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros incluem caixa e depósitos bancários, outros instrumentos financeiros, clientes e utentes e outros valores a receber e a pagar e são reconhecidos pelo custo, sendo este um valor muito próximo do respetivo justo valor, dada a sua liquidez.

No que se refere aos valores receber, quando existem indícios de que tais valores têm risco de cobrabilidade é reconhecida uma perda por imparidade.

3.2.6. FUNDOS PATRIMONIAIS

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. PROVISÕES

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo

3.2.8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

A APPACDM está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

A APPACDM não exerce qualquer atividade comercial ou industrial fora do âmbito dos fins estatutários.

Handwritten signature and initials in blue ink.

As despesas não documentadas estão sujeitas a tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4. FLUXOS DE CAIXA

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes foi o seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	715,79	611 612,07	611 762,86	565,00
Depósitos à Ordem	844 096,29	8 438 807,87	8 439 070,72	843 833,44
Outros Depósitos Bancários	2 450 000,00	2 100 000,00	1 750 000,00	2 800 000,00
Total de Caixa e Depósitos Bancários	3 294 812,08	11 150 419,94	10 800 833,58	3 644 398,44

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Outros Ativos Fixos Tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis em 2017 e 2016 resume-se nos quadros seguintes:

Handwritten signature and initials in blue ink.

Ativos fixos tangíveis

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13					362.195,13
Edifícios e outras construções	6.318.777,83	12.150,74				6.330.928,57
Equipamento básico	1.235.625,61	5.395,08			(6,62)	1.241.014,07
Equipamento de transporte	561.560,27	26.000,00				587.560,27
Equipamento biológico	11.222,48					11.222,48
Equipamento administrativo	203.787,40	8.571,36	(1.090,98)			211.267,78
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96					44.517,96
Investimentos em curso	948.535,19	353.206,94			(70,41)	1.301.671,72
Total	9.686.221,87	405.324,12	(1.090,98)		(77,03)	10.090.377,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	2.118.354,01	201.543,45			24.428,58	2.344.326,04
Equipamento básico	1.042.042,95	69.166,14			4.966,09	1.116.175,18
Equipamento de transporte	553.387,61	6.312,62				559.700,23
Equipamento biológico	1.172,00	185,00			85,00	1.442,00
Equipamento administrativo	171.984,82	15.059,98	(1.090,98)		22.139,28	208.093,10
Outros Ativos fixos tangíveis	20.692,50	753,66			351,83	21.797,99
Investimentos em curso						
Total	3.907.633,89	293.020,85	(1.090,98)		51.970,78	4.251.534,54
Ativos Líquidos	5.778.587,98					5.838.843,44

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Outros	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	362.195,13					362.195,13
Edifícios e outras construções	6.330.928,57	89.160,94		1.361.341,35		7.781.430,86
Equipamento básico	1.241.014,07	12.411,00		66.223,15		1.319.648,22
Equipamento de transporte	587.560,27	13.606,23				601.166,50
Equipamento biológico	11.222,48					11.222,48
Equipamento administrativo	211.267,78	1.448,17		3.537,91		216.253,86
Outros Ativos fixos tangíveis	44.517,96					44.517,96
Investimentos em curso	1.301.671,72	260.036,10		(1.431.102,41)		130.605,41
Total	10.090.377,98	376.662,44				10.467.040,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	2.344.326,04	243 061,73			8.782,50	2.596.170,27
Equipamento básico	1.116.175,18	76 869,53			2 262,45	1.195.307,16
Equipamento de transporte	559.700,23	11.471,14			(1.254,19)	569.917,18
Equipamento biológico	1.442,00	185,00				1.627,00
Equipamento administrativo	208.093,10	7 983,44				216.076,54
Outros Ativos fixos tangíveis	21.797,99	539,75				22.337,74
Total	4.251.534,54	340 110,59			9 790,76	4.601.435,89
Ativos Líquidos	5.838.843,44				(9.790,76)	5.865.604,53

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]
 [Initials]

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os terrenos onde está instalado o polo da Carapalha foram cedidos à APPACDM por um período de 25 anos, renovável. As depreciações daqueles equipamentos estão de acordo com a vida útil estimada e não pelo período de concessão dos terrenos, uma vez que não é expectável que o contrato de comodato não seja renovado no fim do prazo.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica de “Ativos Intangíveis” apresentava os seguintes valores:

Ativos Intangíveis						
31 de Dezembro de 2016						
	Saldo em 01-01-2016	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2016
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23	0,00				7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	4.781,01	2.354,22				7.135,23
Total	4.781,01	2.354,22				7.135,23
Ativos Líquidos	3.555,76					0,00
31 de Dezembro de 2017						
	Saldo em 01-01-2017	Aquisições/Doações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-12-2017
Custo						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23	0,00				7.135,23
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	7.135,23					7.135,23
Total	7.135,23					7.135,23
Ativos Líquidos	0,00					0,00

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2016	Compras	Reclassificação e Regularização	Inventário em 31-12-2016	Compras	Reclassificação e Regularização	Inventário em 31-12-2017
Mercadorias		366,49		366,49	830,50		1.196,99
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.291,71	286.721,46	8.662,63	7.995,02	278.676,78	11.452,95	5.768,77
Total	9.291,71	287.087,95	8.662,63	8.361,51	279.507,28	11.452,95	6.965,76
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				296.680,78			292.355,98

As reclassificações e regularizações no valor de 11.452,95 € correspondem a entradas em espécie como seja a produção própria da quinta para consumo interno e donativos também em espécie de géneros alimentares.

As Mercadorias no valor de 1.196,99 €, correspondem a camisolas adquiridas e ainda não consumidas/vendidas.

8. CRÉDITOS A RECEBER

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

fa. d. h.
up
nc
ncn

Descrição	2017	2016
Cientes e Utentes c/c	14.435,47	7.074,13
Cientes		
Utentes	14.435,47	7.074,13
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	22.211,18	23.251,18
Total	36.646,65	30.325,31
Perdas por Imparidade		
Perdas por Imparidade Acum. Início período	(23.251,18)	(10.619,33)
Perdas imparidade no período	1.040,00	(12.631,85)
Perdas por Imparidade Acum. no fim do período	22.211,18	23.251,18
Total Cientes	14.435,47	7.074,13

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	31.056,26	45.304,94
Outros Impostos e Taxas		
Total	31.056,26	45.304,94
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		39,66
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19.715,52	19.244,41
Segurança Social	52.604,48	47.301,37
Outros Impostos e Taxas, FCT		216,16
Total	72.320,00	66.801,60

10. OUTROS ATIVOS CORRENTES

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

Descrição	2017	2016
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	5.601,39	2.884,75
ISS,IP-Cantinas Sociais	2.637,50	5.735,00
Outros devedores		
POPH Med. POISE	309.553,97	457.874,28
IEFP-CB	18.699,52	1.818,83
Antenas	2.128,73	1.905,42
PDR2020	12.495,00	12.495,00
Fornecedores saldos devedores.	4.610,65	78,45
Total	355.726,76	482.791,73

Handwritten signature and initials:
 up
 157
 he
 107

11. DIFERIMENTOS

As rubricas de "Diferimentos" decompõem-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Ativo - Gastos a reconhecer		
Outros (seguros)	16.803,37	17.449,72
Total	16.803,37	17.449,72
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
POISE	121.783,33	376.522,70
IEFP	9.849,85	1.818,83
Total	131.633,18	378.341,53

Parabéns
WJ
Rec
hcg

12. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2017	2016
CGD - obrigações		300,000.00
Total		300,000.00

13. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 1 Jan 2016	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 Dez 2016
Fundos	632 341,56	-	-	632 341,56
Resultados transitados	6 290 155,56	90 977,85		6 381 133,41
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 144 721,12	20 727,74	(56 803,18)	2 108 645,68
Sub- Total dos Fundos Patrimoniais	9 067 218,24	111 705,59	(56 803,18)	9 122 120,65
Resultado Líquido do Período	90 977,85	29 272,77	(90 977,85)	29 272,77
Total dos Fundos Patrimoniais	9 158 196,09	140 978,36	(147 781,03)	9 151 393,42

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	632 341,56			632 341,56
Resultados transitados	6 381 133,41	29 272,77		6 410 406,18
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 108 645,68		(104 935,75)	2 003 709,93
Sub- Total dos Fundos Patrimoniais	9 122 120,65	29 272,77	(104 935,75)	9 046 457,67
Resultado Líquido do Período	29 272,77	72 332,70		72 332,70
Total dos Fundos Patrimoniais	9 151 393,42	101 605,47	(104 935,75)	9 118 790,37

Em 2017 os resultados transitados aumentaram pelo valor de 29 272,77 euros em virtude da transferência dos resultados líquidos de 2016.

As outras variações nos fundos patrimoniais diminuíram pela afetação dos subsídios ao investimento no valor de 104.935,75 €

Na rubrica outras variações nos capitais próprios estão reconhecidas as seguintes doações:

Descrição	2017	2016
Herança de Luís Ferreira Belo	38.361,96	38.361,96
Herança de Isabel Esteves	26.199,93	26.199,93
Doação de Equipamentos	3.654,02	3.654,02
Total	68.215,91	68.215,91

14. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores c/c" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	79 407,28	38 789,41
Total	79 407,28	38 789,41

15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores de Investimentos	186 695,04	30 697,96
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias	334 779,27	321 229,89
Prestações de serviços	16 573,82	11 024,84
Outros credores	526,00	
Total	538 574,13	362 952,69

16. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido no período relativo a vendas e serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e decompõe-se como se segue:

Descrição	2017	2016
Vendas	10 195,91	5 745,79
Produtos Oficiais e artesanais	6 990,36	2 073,91
Produtos Biológicos	3 201,48	3 671,88
Outros	4,07	
Prestações de Serviços	676 479,30	624 119,51
Quotas associados, Matrículas e Mensali. Utentes	669 017,30	616 022,51
Matrículas e Mensalidades dos Utentes	669 017,30	614 022,01
Quotizações, Joias e Cap. recursos	1 712,00	1 432,50
Serviços Secundários	5 750,00	8 097,00
Fisioterapia	4 684,00	4 242,00
Terapia Ocupacional	520,00	2 665,00
Outras Consultas	546,00	1 190,00
Total	686 675,21	629 865,30

17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Associação reconheceu na demonstração dos resultados por naturezas os seguintes subsídios à exploração.

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
Segurança Social	2 664 880,64	2 613 461,71
DREC	297 687,87	252 767,44
Soma	2 962 568,51	2 866 229,15
Subsídios de outras entidades		
Câmara Municipal Castelo Branco	60 000,00	60 000,00
Junta Freguesia Castelo Branco	500,00	1 250,00
IFAP+IFADAP	8 366,54	17 512,61
Formação Profissional	254 739,37	277 406,46
IEFP Estágios e CEI	21 141,17	6 607,71
Outras	643,50	
Soma	345 390,58	362 776,38
Total	3 307 959,09	3 229 005,53

18. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os valores inscritos na conta Trabalhos para a Própria Entidade correspondem:

	2017	2016
Produtos da quinta consumidos na Instituição	11.23,85	8.292,89
Subsídio de refeição atribuído em espécie	101.586,00	93.105,10

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados		
<i>Trabalhos especializados</i>	27 319,25	41 670,86
<i>Honorários</i>	178 037,57	148 815,84
<i>Conservação e Reparação</i>	99 946,18	95 371,06
<i>Outros serviços especializados</i>	1 590,46	1 412,71
Materiais	40 280,24	20 808,32
Energia e fluidos	247 415,74	252 776,58
Deslocações, estadas e transportes	36 842,29	36 022,26
Encargos com utentes	55 849,58	41 829,99
Serviços diversos		
<i>Limpeza higiene e conforto</i>	154 123,24	179 839,61
<i>Material Didático</i>	8 941,62	8 190,10
<i>Comunicação</i>	15 061,71	17 665,93
<i>Seguros</i>	21 091,26	17 247,76
<i>Outros serviços</i>	9 103,18	7 782,59
Total	895 602,32	869 433,61

20. GASTOS COM O PESSOAL

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente “22” e “22”.

Os órgãos diretivos/sociais da APPACDM de Castelo Branco não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade no exercício findo em 31-12-2017 foi de 170 e em 31-12-2016 foi de 170.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	2 099 070,69	1 995 681,43
Encargos sobre as Remunerações	437 167,27	408 069,73
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 941,91	16 335,03
Outros Gastos com o Pessoal	4 143,86	3 813,65
Total	2 558 323,73	2 423 899,84

21. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	12 952,89	12 920,55
Serviços Sociais	7 881,15	8 253,00
Aluguer de Equipamento	241,31	396,23
Outros	4 830,43	4 271,32
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 977,21	895,48
Outros rendimentos e ganhos	121 828,35	97 826,68
Ganhos na alienação de Investimentos		
Imputação Subsídios ao Investimento (1)	104 935,75	49 558,18
Donativos + Outros não especificados (2)	15 563,41	26 968,75
Restituição de Impostos		
Correções Relativas a Períodos Anteriores	1 329,19	21 299,75
Total	136 758,45	111 642,71

(1) A APPACDM reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos pelo governo e outras entidades públicas:

Descrição	Valor Inicial	Valor líquido 2016	Subsídio reconhecido 2017	Valor líquido 2017
PIDDAC - Obra da Sertã	122,898.77 €	78 655,20 €	2 457.98 €	76 197,22 €
PIDDAC - Novo Lar Carapalha	417,864.43 €	82 944,33 €	20 736.01 €	62 208,32 €
CDSS - MASES	34,196.09 €	19 187,83 €	483,29 €	18 704,54 €
Remodelação Coz. Carap. Sub.Eve.	100,000.00 €	15 253,65 €	2 423,20 €	12 830,45 €
Câmara Municipal C. Branco	191,537.51 €	126 414,72 €	3 830.75 €	122 583,97 €
PAMAF - Med. 2.2	60,987.71 €	12 049.92 €	1 710.39 €	10 339.53 €
IFADAP Sub. Const. Charca	10,476.43 €	5 941,17 €	348.87 €	5 592,30 €
CDSS- Sub Even. obras Lar 4	60,000.00 €	16 688.37 €	2 086.04 €	14 602.33 €
Museu Bicho da Seda CMCB	905,600.00 €	905 600,00 €	45 280,00 €	860 320,00 €
POPH Proj.23468/2009/612	640,864.77 €	610 485,90 €	12 817,30 €	597 668,60 €
CMCB - Lar 4	50,000.00 €	47 025.75 €	1 000,00€	46 025.75 €
PRODER/ADRACES	89,297.23 €	66 972,93 €	4 464.86 €	62 508,07 €
PDR2020-3.2.2	12 495,00 €	12 495,00 €	52,06 €	12 442,94 €
Totals	2.696.247,94 €	1 999 714,77 €	97 690,75 €	1 902 024,02 €

(2) A Associação reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios ao investimento concedidos por outras entidades:

Descrição	Valor Inicial	Valor líquido 2016	Subsídio reconhecido 2017	Valor líquido 2017
EDP	72 450.00 €	40 715.00 €	7 245.00 €	33 470.00 €

Os subsídios ao investimento devem ser reconhecidos em resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados (depreciações e amortizações).

Nenhum dos subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras é reembolsável.

22. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	21 841,57	22 684,47
IMI	433,09	295,20
IVA	18 969,44	16 947,55
Taxas	2 439,04	5 441,72
Correções relativas a exercícios anteriores	11 680,95	54 755,15
Apoios Financeiros a Utentes e Associados	60 470,63	76 320,50
Subsídios Refeição Formandos	25 487,32	37 137,00
Bolsas Formandos	34 983,31	39 086,25
Despesas com funerais	135,00	
Gratificações		97,25
Outros (quotas)	3 313,15	3 582,50
Total	97 441,30	157 342,62

23. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros obtidos	10 824,02	12 725,31
Total	10 824,02	12 725,31
Resultados financeiros	10 824,02	12 725,31

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação não tem qualquer imposto sobre o rendimento a pagar relativo ao exercício de 2017.

25. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 não foram constituídas quaisquer provisões ou reconhecidos passivos e ativos contingentes, nem tão pouco foram identificadas situações que possam dar origem ao reconhecimento de provisões ou ativos e passivos contingentes.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017, foram de 9 840,00 € acrescido de IVA à taxa legal em vigor.


27. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

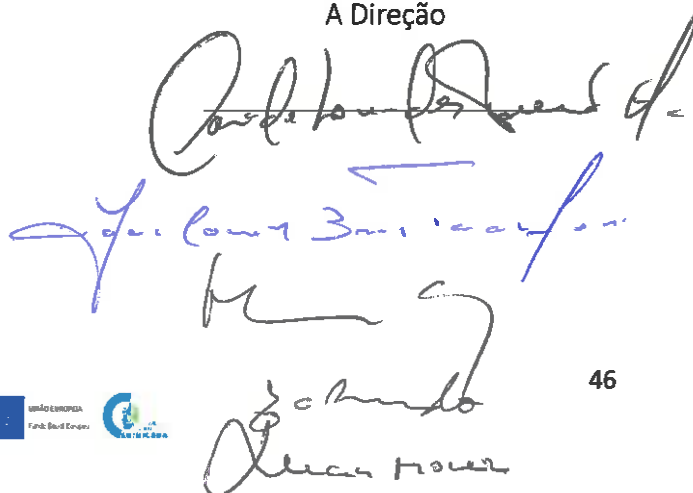
Castelo Branco, 05 de março de 2018

O Contabilista Certificado



(Joaquim Trindade – CC Nº. 67462)

A Direção



Parecer do Conselho Fiscal

De acordo com o artigo nº.32. 1º. alínea b) dos Estatutos da APPCDM de Castelo Branco o Conselho Fiscal acompanhou de perto os factos mais relevantes em matéria de gestão, através de troca de impressões com a Direcção, TOC e responsáveis pelos Serviços e verificou um número significativo de documentos que servem de suporte à contabilidade.

- a) Analisamos o relatório da Direcção que traduz fielmente o ocorrido no período de 2017.
- b) Tanto o Balanço assim como a Demonstração de Resultados, dão satisfação aos preceitos legais e são claros da situação financeira em 31 de Dezembro de 2017.

O Conselho Fiscal face aos exames efectuados tem a seguinte opinião:

1. Que sejam aprovados pela Assembleia o Relatório da Direcção, Balanço e Demonstração de Resultados e Outras Peças Auxiliares, respeitantes ao período findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. Que ao resultado do período a sua aplicação seja feita de acordo com a proposta da Direcção.

Elogiamos a Direcção pelo trabalho desenvolvido em prol dos clientes da APPACDM de Castelo Branco, assim como da população em geral a quem presta apoio.

É nosso dever ainda agradecer à Direcção e seus colaboradores a disponibilidade que sempre nos dispensaram no desempenho da nossa função.

Não havendo mais nada a tratar encerramos este parecer que vai ser assinado pelos presentes.

Castelo Branco, 09 de Março de 2018

O Conselho Fiscal:

Dr.^a Maria Cristina Vicente Pires Granada - Presidente

Maria Cristina Vicente Pires Granada

Jorge José Antunes Alves - 1º. Vogal

Jorge José Antunes Alves

António Nunes da Silva Baptista - 2º. Vogal

António Nunes da Silva Baptista



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **APPACDM de Castelo Branco** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 9.940.724,96 euros e um total de fundos patrimoniais de 9.118.790,37 euros, incluindo um resultado líquido de 72.332,70 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

ANA SOFIA GONÇALVES BELGAS

Revisor Oficial de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523
Registada na CMVM Sob o n.º 20161133

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso

ANA SOFIA GONCALVES BELGAS

Revisor Oficial de Contas

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 1523

Registada na CMVM Sob o n.º 2016/133

relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

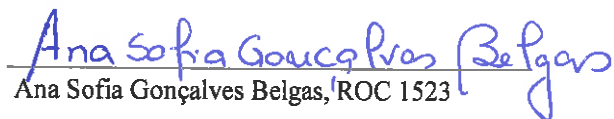
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

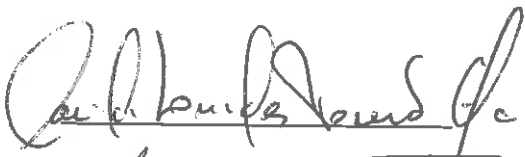
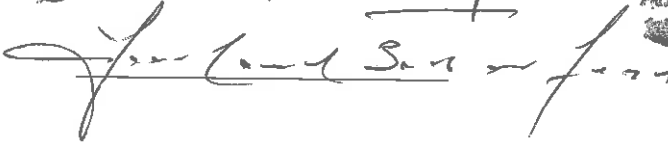
Castelo Branco, 6 de março de 2018


Ana Sofia Gonçalves Belgas, ROC 1523

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o APPACDM de Castelo Branco – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que, de acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2017 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.appacdm-castelobranco.com, em 05-03-2018.

Os órgãos de administração:

APPACDM de Castelo Branco
Associação Portuguesa de Pais e Amigos
do Cidadão Deficiente Mental



câmara municipal e a câmara Interparlamentar Diocesana. O Presidente do mesmo de Assembleia acrescentou que este projeto tem sido muito útil e eficaz na resposta às necessidades identificadas, pelo que faz de manter. Propôs, ainda, que a APPACOM solicitasse à câmara a continuidade do projeto, que tem prestado um excelente serviço à população carente. Foi ainda referido que a APPACOM de Castelo Branco é a única que tem uma cantina social, a nível nacional, iniciativa que foi valorizada pela câmara. —
— Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o sessão, de que se lavrou o presente ato, que, depois de lido e aprovado, vai ser assinado nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia Geral: João Morais

A Vice-Presidente:

O secretário: Eng.º Paulo Luís

Ata nº 55

Ata da Assembleia Geral

Aos vinte dias do mês de março de 2018, pelas dezasseis e trinta, reuniu a Assembleia Geral da APPACOM, Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco, na sua sede, presidida pelo Senhor Comendador, Joaquim Mourão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Apresentação do Relatório e Contas do Exercício 2017;
- 2- Apresentação do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- 3- Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício 2017;
- 4- Outros assuntos.

Depois de aprovada a ata da reunião anterior, o Senhor Comendador Joaquim Mourão deu a palavra à Senhora Presidente da Direção da APPACOM de Castelo Branco, Dr.ª Maria de Lourdes Loubo, que passou a apresentar, através de um PowerPoint, as contas do exercício do ano de 2017.



No ano de 2017, a APPACDH de Castelo Branco prestou diariamente serviços a cerca de 654 utentes provenientes de 8 dos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, distribuídos pelas diferentes valências. Ao longo do ano e nas diversas valências dos três estabelecimentos, os utentes participaram em atividades de inclusão, das quais se destacaram: Comemoração de Aniversários; Comemoração de dias festivos (Natal, Páscoa, Dia de Aveiro, Carnaval, 25 de Abril, Santos Populares); Comemoração do Dia Internacional da Deficiência, juntamente com os Agrupamentos de Escolas lisitano, Nuno Álvares, Afonso de Paiva e Alcains; Realização de Previdas do Dia do Mãe e do Dia do Pai; Atividades de Proteção Ambiental; Dia Mundial da Água; Eucaristias de Páscoa e de Natal; Visitas à Biblioteca e Museus; Idas à piscina, ao circo, a exposições e ao cinema; Passeios e picnics; Realização de atividades extracurriculares - representação do Grupo de Ginástica acrobática em sessões organizadas pela comunidade; Desporto Escolar com representações a nível Nacional: Ténis de Mesa, Boccia, Natação, Judo Adaptado, tendo-se consagrado um aluno Campeão Europeu; participação em atividades do Desporto Escolar, com destaque no Campeonato Nacional de Boccia em Gardouan; Comemoração do jubileu da Pessoa com Deficiência, da Diocese de Castelo Branco e Portugal e visitas ao Museu da Seda. A APPACDH mantém diversas parcerias com os Agrupamentos de Escolas: Agrupamento lisitano, Nuno Álvares, Afonso de Paiva, José Sanchez de Alcains, Vila Velha de Rodão e Sertão, a Albergue; a Câmara Municipal de Castelo Branco e da Sertão; a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; a Escola



de judo Ana Hornuigo e a de Karate por Salgueiro;
a FEDPAS - Federação Portuguesa de Agricultura
Social; a Humanitas; o Instituto de Emprego e
Formação Profissional; a Junta de Freguesia
de Castelo Branco; os Ministério da Educação,
do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
os Politécnicos de Castelo Branco, Leiria e
Porto e as Universidades do Minho, Católica
e Universidade Atlântica.

Durante o ano de 2017, registaram-se ações
na esfera da melhoria contínua/ inovação,
otimizando a comunicação e imagem da
organização e procurando sensibilizar a
comunidade para os direitos e deveres e
para a inclusão das pessoas com defi-
ciências e incapacidades, tais como a
representação da Instituição, pela Sr.ª Pre-
sidente da Direção, Dr.ª Maria de Lourdes Loubo,
na CNTS, UDIPSS, Humanitas, FEDPAS, Con-
selho Geral dos Agrupamentos Nuno Álvares
e Amato Lusitano e Conselho Local de
Ação Social; a apresentações e Posters em
Seminários e Congressos Nacionais e
Estrangeiros; participaram na Feira Social,
Organização e participação do VI Encontro
de Natação Adaptada, pela APPACOT da
Sertão; Participação - Venda de trabalhos
realizados pelos utentes, na feira gastro-
nómica da Sertão e Venda de Natal Castelo
Branco; Estágios Curriculares de alunos de
escolas secundárias, Profissionais e Univer-
sidades; Continuidade dos projetos "Museu
da Seda", "Centro Sericícola", "Agricultura
Biológica", "Atividade Permacultura", "Jardinagem
e Espaços Verdes", "Luluir através da
multiplicação de plantas", "Projeto Uva
no", "Centro de Recursos para a Inclusão"
e "Desporto Adaptado".

Seguidamente, foram apresentadas, pelo



Senhor Dr. José Penado, as demonstrações Financeiras de 2017 da APPACDH de Castelo Branco, com referências detalhadas aos Rendimentos e aos Gastos com fornecimentos, serviços externos e com o pessoal, conforme consta no Relatório e Contas do Exercício de 2017. A APPACDH de Castelo Branco obtém, em 31 de dezembro de 2017, um Resultado Líquido de \$2 332,70€.

De acordo com o ponto dois da ordem de trabalhos, foi lido o Relatório da Revisora de Contas e o Parecer do Conselho Fiscal, pelo Senhor Comendador Joaquim Mourão. Os referidos relatórios foram postos a votação e aprovados por unanimidade, com um voto de louvor proposto pela Mesa da Assembleia.

De seguida, tomou a palavra a Senhora Presidente, informando que a Instituição vai poder oferecer fisioterapia, tanto a nível interno, como externo. A prestação deste novo serviço iniciar-se-á depois da páscoa.

Informou, ainda, que a APPACDH tem 72 utentes com doenças raras, diagnosticados através de estudos genéticos.

Para finalizar, o Senhor Comendador Joaquim Mourão pôs a votação um louvor pelo trabalho realizado pela instituição em prol da comunidade e também pelo trabalho realizado com os foros atletas que se têm destacado em várias competições, referindo, ainda, que a APPACDH tem sabido fortalecer-se, errando e estudando para prestar serviços cada vez mais relevantes à comunidade. A proposta foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada,



Vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Assembleia Geral: 20 - sum nome

A Vice-Presidente:

O Secretário: Rogério Fernandes

